

Terras tão extensas que nem se sabe onde começam e onde terminam e que foram adquiridas em 1895 e que, agora, estão sendo requeridas por Alga Cavalcanti de Albuquerque Silva, neta de um dos membros da Missão Cruls.

Área do Distrito Federal já tinha dono

Gerson Meneses

A neta de um dos participantes da Missão Cruls, de 1892, Alga Cavalcanti de Albuquerque Silva, está em Brasília tentando a regularização das terras que seu avô comprou em 1895, pouco depois da primeira demarcação do Distrito Federal. A herdeira observa que a área é tão extensa que ela «nem sabe onde começa e onde termina». Sabe, no entanto, «que há trechos ocupados pelo Incra e pela Embratel» e já recorreu inclusive ao ministro Delfim Netto, da Agricultura, pois pretende iniciar em sua propriedade «uma atividade agrícola que esteja de acordo com o que interessa ao governo».

A extensão das terras, segundo a documentação de que dispõe, é de 2.300 alqueires, mas tanto Alga como seu irmão, Aury (os herdeiros legais) não podem sequer construir uma casa dentro dessa área, porque antes disto têm que providenciar a transferência de registro de Luziânia, o que não conseguiram até hoje.

O avô de Alga, capitão de engenheiros Antônio Cavalcanti de Albuquerque, registrou a compra no antigo livro 3, do Cartório do 1º Ofício de Luziânia, em quatro de maio de 1895, sob o número 123. A extensão, conforme o documento original, seria de 2.300 alqueires, «mas com a fundação de Brasília passou-se a considerar 1.600 alqueires». Na ocasião, a própria Novacap fez um levantamento da área, confrontando-a com as fazendas vizinhas, concluindo que a Fazenda Rodeador (como foi batizada pelo avô da herdeira) ocupava uma extensão de 2.098.395 alqueires.

A escritura de meu avô é considerada «boa», como se dizia na linguagem dos cartórios. Surgiram, no entanto, duas escrituras que não são «boas», de 450 alqueires, que a Novacap desapropriou, restando no caso exatamente 1.648.395 alqueires. Isto pode ser verificado no próprio mapa que a Novacap traçou.

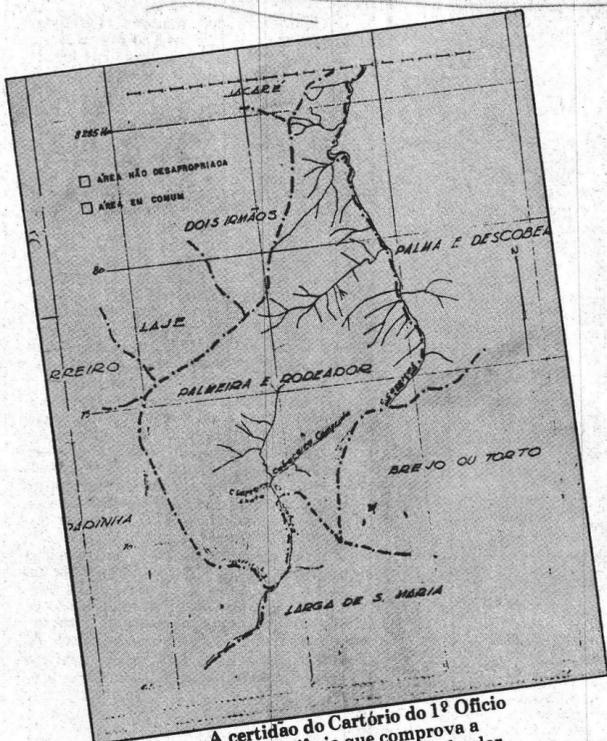
PROVA

Alga contesta, no entanto, que a Fazenda Rodeador tenha sido vendida, no todo ou em parte, para qualquer pessoa, estranhando o surgimento dessas duas escrituras de 450 alqueires. Como prova, mostra um documento recente, emitido em 31 de maio deste ano pelo Cartório do 1º Ofício de Luziânia e assinado por Maria de Castro Gilberto, 1º Tabelião substituto e Oficial do Registro de Imóveis.

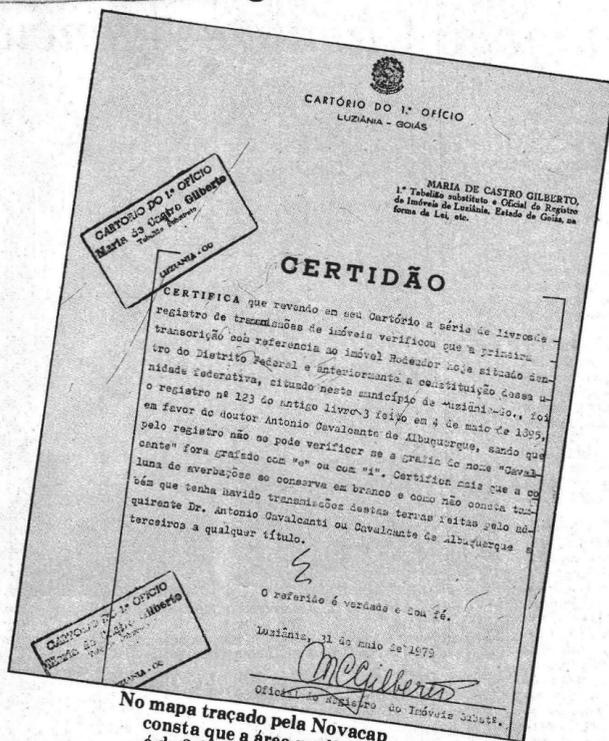
No documento lê-se: o Cartório do 1º Ofício «certifica que revendo a série de livros de registro transmissões de imóveis verificou que a primeira transcrição com referência ao imóvel Rodeador hoje situado dentro do Distrito Federal e anteriormente a constituição dessa unidade federativa, situado no município de Luziânia-GO, foi o registro nº 123 do antigo livro 3 feito em 4 de maio de 1895, em favor de Antônio Cavalcante de Albuquerque, sendo que pelo registro não se pode verificar se a grafia do nome «Cavalcante» fora grafado com «e» ou com «i». Certifica mais que a coluna de averbações se conserva em branco e como não consta também que tenha havido transmissões destas terras feitas pelo adquirente Dr. Antônio Cavalcanti ou Cavalcante de Albuquerque a terceiros a qualquer título».

Da mesma forma, Alga contesta que tenha ocorrido qualquer desapropriação da Rodeador, e explica: «Com o surgimento da nova capital, a Novacap mandou chamar minha mãe e minha avó (Umbelina Cavalcanti de Albuquerque Baptista e Amélia Cavalcanti de Albuquerque, respectivamente), para entrar num acordo quanto a uma desapropriação. Isto porque existe uma lei do ex-presidente Castello Branco dispondo que as terras registradas naquela época só poderiam ser desapropriadas após ser feito um acordo com os proprietários. Tanto minha mãe como minha avó, no entanto, não concordaram com a desapropriação, e a Novacap, então, concordou em não efetivá-la.

Também a este respeito existe um documento, emitido por



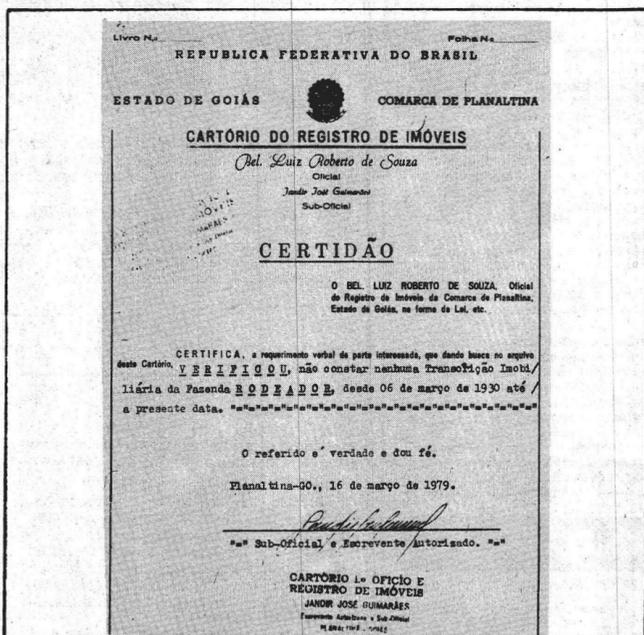
A certidão do Cartório do 1º Ofício de Luziânia que comprova a transmissão do imóvel Rodeador a Antônio Cavalcante de Albuquerque



No mapa traçado pela Novacap consta que a área medida é de 2.098.395 alqueires pertencentes à Fazenda Rodeador



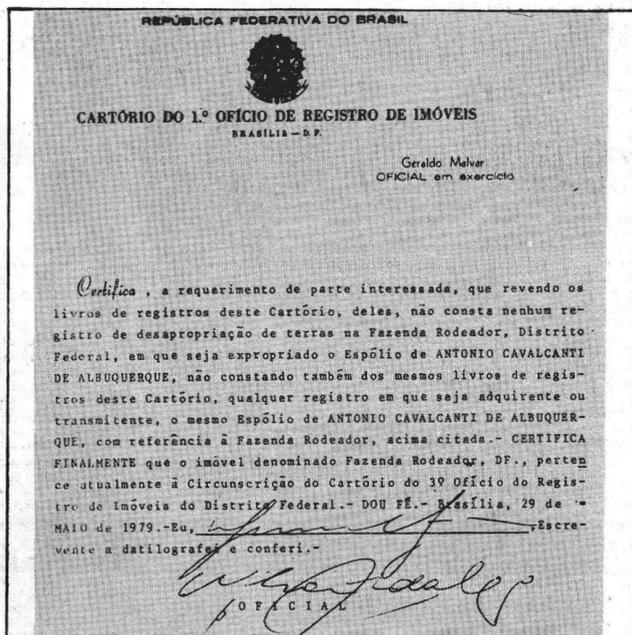
O avô de Alga, capitão de engenheiros Antônio Cavalcanti de Albuquerque (no destaque) fazia parte da Missão Cruls



No Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília não consta nenhum registro de desapropriação das terras da Fazenda Rodeador

Geraldo Malvar, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Brasília, certificando que «a requerimento de parte interessada, que revendo os livros de registros deste Cartório, deles, não consta nenhum registro de desapropriação de terras na Fazenda Rodeador, Distrito Federal, em que seja expropriado o Espólio de Antônio Cavalcanti de Albuquerque».

observação: «... não constando também dos mesmos livros de registros deste Cartório, qualquer registro em que seja adquirente ou transmitente, o mesmo Espólio, com referência à Fazenda Rodeador, acima citada. Certifica finalmente que o imóvel denominado Fazenda Rodeador-DF, pertence atualmente à Circunscrição do Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.



No cartório de Planaltina nada existe que comprove a existência de outro dono das terras reclamadas por Alga Cavalcanti

Justamente no cartório do 3º Ofício estão surgindo os problemas quanto à transferência. Benedicto Silva, marido de Alga Cavalcanti, enfatiza que esta transferência deveria ser automática, tendo em vista que a documentação de que dispõem, de mais de 80 anos, não deixa dúvidas quanto à sua legalidade, bem como as que foram emitidas depois de 1895. «Estão exigindo cadeia, mas ela já tá formada. No

próprio registro de Luziânia diz de quem as terras foram compradas. De lá para cá não houve transferência nenhuma», observa.

CRULS

Sem esconder seu orgulho, Alga Cavalcanti mostra um exemplar da revista Perfil de uma era, onde há uma foto de seu avô, na página sete, ladeado pelos outros integrantes da Missão Cruls.

Abaixo, a legenda: «Partiu a Missão Cruls do Rio de Janeiro dia 9 de julho de 1892, via Uberaba... Tinha por objetivo levantamento de áreas, medição, declinação, magnética, posição geográfica, diferença de longitude...»

— Meu avô era pessoa de confiança de Floriano Peixoto (que nomeou a comissão), e tinha estudado Engenharia na Bélgica. Depois voltou para o Brasil a fim de fazer o Curso de Engenharia da Escola Militar, na Praia Vermelha. Saiu oficial de Exército, como Capitão de Engenharia. Fez, entre outras, a demarcação do antigo território do Acre, na época em que houve o litígio, e participou ainda de estudos para a abertura das rodovias que, antes conhecidas por outros nomes, atualmente se constituem na Belém-Brasília e na Transamazônica. Na missão Cruls, veio como engenheiro, geólogo, mineralogista e botânico, para estudar a fauna, a flora e o solo do que viria a ser mais tarde Brasília. Foi então que ficou encantado com o céu do Planalto Central e com as belezas naturais, e resolveu comprar as terras.

Como a primeira demarcação do Distrito Federal foi feita naquela época — conta Alga — seu avô, sabendo que não podia comprar áreas dentro do DF, adquiriu a fazenda Rodeador, como passou a chamar, totalmente fora da demarcação e que lhe custou 200 mil réis.

— Quando os engenheiros vieram fazer a demarcação para o presidente Juscelino, já mais recentemente ajustaram um pouco o cinturão verde, que acabou atingindo a fazenda Rodeador, apesar de uma parte das terras continuar dentro do Estado de Goiás.

«Eu não sei o que ele queria fazer com essa área enorme, quase um Estado» — prossegue — explicando em seguida que seu avô veio a falecer em 1901, vítima de béri-béri, que contraiu numa missão na Guiana Francesa, sem revelar o que exatamente pretendia construir no local. Considera que ele «tinha mania por terra», tanto assim que constam também do formal de partilha da família, mais dois engenhos em Alagoas, além de um sítio.

Com a morte de Antônio Cavalcanti de Albuquerque, os bens foram herdados pela avó e pela mãe de Alga. A primeira faleceu em 1961 e sua mãe abriu o inventário para passar os bens para o seu nome. Em 1963, no entanto, sua mãe faleceu e aí ficou o inventário sobre o inventário, sendo herdeiros Alga e seu irmão, Aury Cavalcanti de Albuquerque Baptista.

DESBRAVADOR

«Estamos aqui de bandeira branca», avisa Benedicto Silva, marido de Alga, acrescentando que sua esposa, como inventariante, está apenas tentando regularizar a documentação pacificamente. Assistida por um advogado (cujo nome preferiu não ceitar) a família pretende receber uma indenização pela parte ocupada e tomar posse do que restou. «O nosso direito é líquido e certo do ponto de vista jurídico», ressalta ela, observando que, na pior das hipóteses, esgotados todos os recursos, tem direito de ficar no mínimo com 20 por cento das terras, «amparados que estamos pela Resolução 20, mais recente do que a lei de Castello Branco».

Decidida a se tornar «uma fazendeira», Alga diz que seu marido se interessava durante este tempo em regularizar o terreno no Rio de Janeiro. «Benedicto Silva não queria resolver o seu problema de terra», diz ela, «seu dirigiu, através de um amigo, ministro da Agricultura, as terras dão tudo. O ministro precisa desses produtos e nós queremos fornecer esses produtos», diz ela, sem esquecer de mencionar que as terras, para ela, «têm também um valor histórico», porquanto pertenciam a seu avô, «um desbravador dessas regiões».